

“Minha administração teve a tônica da democratização”

Ao final de dois anos na presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), o desembargador Nelson Schaefer Martins, que transmitiu o cargo na sexta-feira (29 de fevereiro) para o desembargador José Antônio Torres Marques, conversou com a reportagem da **Coluna PeloEstado** e fez um balanço positivo do período. “Todas as políticas públicas nas quais avançamos permitiram maior aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Não somos eleitos pelo povo, mas precisamos corresponder às expectativas das pessoas”, comparou. Apesar de ter gostado da experiência como governador do Estado, vai mesmo continuar se dedicando ao Judiciário. Volta para o Direito Público e assume a Quarta Câmara. “Sou um magistrado vocacionado, apaixonado pela minha atividade. Gostei muito da experiência política e administrativa no Executivo, mas, sinceramente, sonho em contribuir um pouco mais para as pessoas e para a minha instituição, que é o Poder Judiciário.” Ao final da entrevista, disse como quer que sua passagem pela presidência do TJ-SC seja entendida: “Gostaria que a sociedade catarinense guardasse como marcas minhas a busca pela humanização, da aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, da legitimação da nossa atividade perante as pessoas. Minha administração teve a tônica da democratização”.



[PeloEstado] - Que avaliação o senhor faz dos dois anos de presidência do TJ-SC?

Nelson Schaefer - Avançamos em diversos setores e conseguimos realizar muitos dos projetos que estavam programados. O que mais me satisfaz nesses dois anos foram as políticas públicas que pudemos ampliar. Especialmente nas áreas da violência doméstica, da execução penal, do respeito aos direitos humanos nos presídios, dos juizados especiais e de conciliação, e os temas relativos à infância e juventude. Tivemos conquistas muito importantes, resultado não do trabalho exclusivo do presidente, mas de outros magistrados, dos servidores e até de instituições, como é o caso da Fiesc (Federação das Indústrias), nossa parceira em um dos projetos mais bonitos que temos.

[PE] - Que projeto é esse?

NS - O *Novos Caminhos*, que inclui adolescentes abrigados e que, por não terem sido colocados em famílias substitutas, quando fazem 18 anos têm que sair desses abrigos. O programa permitiu a esses adolescentes que tivessem formação e capacitação em atividades profissionais. Muitos deles já estão trabalhando e com isso vivendo com dignidade.

[PE] - O que mais vai para o balanço positivo?

NS - Tivemos muito cuidado com a área dos presídios, mantendo contato permanente com a secretária da Justiça e Cidadania, Ada De Luca, e com o governador Raimundo Colombo, de modo a implementarmos novas vagas no sistema carcerário catarinense, o que gerou ótimos resultados. Ainda hoje (quinta-feira, 27/janeiro) inauguramos uma unidade com 600 vagas em Blumenau, onde a situação era tão grave que houve uma visita de representação da ONU (Organização das Na-

ções Unidas) que declarou aquele como um dos presídios mais precários do país. E agora temos ali um estabelecimento prisional que servirá de modelo para todo o Brasil, com melhor concepção de segurança, de salubridade e oferecendo condições de dignidade e ressocialização. Já na área dos juizados especiais, que no campo jurisdicional foi a nossa prioridade, buscamos instalar preferencialmente Varas de Juizados Especiais, porque preconiza pela celeridade e pela informalidade. Desse modo, alcançamos um estrato maior da sociedade e atendemos a um número maior de interessados.

[PE] - Isso colaborou para a produtividade?

NS - Conseguimos manter os bons índices de produtividade por parte dos magistrados de primeiro e segundo grau, o que nos colocou como um dos tribunais de Justiça mais produtivos entre os estados brasileiros. No nosso padrão, médio, temos o terceiro melhor índice de produtividade das justiças estaduais do Brasil. Mas, como tem sido dito, a solução jurisdicional está esgotando sua capacidade. Precisamos muito mais buscar métodos alternativos de soluções de conflitos para que possamos atender essa massa de reivindicações das pessoas, notadamente as mais modestas.

[PE] - Como?

NS - Nós nos dedicamos para instalar 16 Cejuscs (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) em Santa Catarina, todos ligados ao Judiciário, mas sempre com algum convênio, como com universidades. E outros 40 têm instalação programada para os próximos dois anos. Essa solução foi tão bem recebida pelos tribunais superiores, em Brasília, que está até servindo de modelo. Prova disso é que o CNJ (Conselho

Nacional de Justiça) vai divulgar esse sistema para outros estados da federação. Funciona tão bem porque temos a participação de professores das universidades, de acadêmicos de Direito e de profissionais de outras áreas, professores e estagiários, como Assistência Social, Psicologia, Medicina, de tal modo a permitir que os conflitos, que muito raramente se resumem à questão jurídica, mas também têm natureza social, econômica, familiar, possam se resolver integralmente. Há estudos, em outros estados, que apontam para uma redução, em médio prazo, de até 40% das demandas que seriam propostas no Judiciário. Diria que precisamos melhorar e estruturar adequadamente os Cejuscs para que possamos obter ainda maior qualidade nesse trabalho.

[PE] - Pela cidadania?

NS - Nós estamos sempre em busca da garantia da cidadania, em sua mais ampla conceituação. Quando se trata de direito de família, de crédito, de direito à saúde, de oportunidades de educação e também de direito humanizado nos nossos presídios. Entra aí um programa muito importante, que é o *Lar Legal*, cujos méritos são do desembargador Lédio Rosa de Andrade. Em dois anos conseguimos regularizar três mil unidades habitacionais no estado, em diversas regiões. Entregamos milhares de títulos de propriedade a pessoas dos bairros mais periféricos. O que nos importa é que as pessoas tenham a garantia e a segurança de contar com um título de domínio sobre a terra e sobre a casa onde moram. Assim passam a exigir mais investimentos do poder público em infraestrutura e também passam a contar com linhas de financiamento para a melhoria de seus imóveis. Isso aumenta a autoestima das pessoas, das famílias. Nesse aspecto, a presidência do Poder Judiciário de Santa Ca-

tarina só me trouxe alegrias.

[PE] - Que investimentos foram feitos para melhorar a eficiência do Judiciário?

NS - Na questão jurisdicional, tivemos avanços admiráveis na área da informática. Hoje, todos os processos de primeiro grau tramitam por digitalização. Não há mais processo físico ou papel. Iniciamos ainda um trabalho de digitalização e de informatização integral também no segundo grau. Com isso conseguimos implementar algo que ainda é uma novidade no Judiciário brasileiro, que é o Programa do Teletrabalho. Fomos pioneiros no país. Temos hoje quase 150 servidores atuando à distância, por várias razões. Todos são acompanhados e supervisionados, pois têm a obrigação de produzir pelo menos mais de 20% da média de sua categoria. E isso está sendo suplantado. Em alguns casos, atingimos índice de produtividade no dobro da média. É uma experiência muito interessante e só possível pela digitalização dos processos. A digitalização permite outra inovação catarinense, a Divisão de Tramitação Remota de processos, as DTRs. Já temos DTRs para execução penal, fiscal, direito bancário e de sentenças civis. Estamos obtendo resultados excepcionais, com um número reduzido de servidores e às vezes coordenados por apenas um magistrado, justamente pelo uso de tecnologia que inclui até recursos de robótica.

[PE] - É possível dizer que a Justiça de Santa Catarina vai bem?

NS - Em comparação com os demais estados brasileiros estamos bem colocados, mas não podemos nos dar por satisfeitos. Precisamos avançar, melhorar, aprimorar tudo o que temos e isso certamente será realizado na próxima gestão, agora do presidente José

Antônio Torres Marques, que foi o meu primeiro vice-presidente, conhece toda a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário. Ele já larga com conhecimento acumulado e haverá de implementar soluções ainda mais eficientes. Não é possível, por exemplo, imaginarmos o aumento do quadro dos servidores do Judiciário catarinense. Estamos muito próximos dos limites prudenciais de despesas para o duodécimo que recebemos. É preciso contar com maior produtividade do grupo que já está conosco. Para tal, temos realizado programas de treinamento e de capacitação, e aí entra a Academia Judicial, com excelente quadro de professores e de gestores, que tem se destacado no âmbito nacional

[PE] - Como avalia o relacionamento com os demais poderes e instituições?

NS - Foi muito importante o fato de o governador Raimundo Colombo ter me propiciado a oportunidade de assumir o governo em 2014, em duas oportunidades que, somadas, alcançaram 44 dias. Experiência intensa e enriquecedora. Da mesma forma foi muito interessante a aproximação com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, que atendeu reivindicações, aprovou diversos projetos de lei de interesse do Judiciário. O mesmo vale para o doutor Lio Marcos Marin, quando presidente do Ministério Público estadual, e agora com o doutor Sandro José Neis, como também para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC). Mantivemos um diálogo muito franco, honesto e ético com o doutor Tullo Cavallazzi Filho, então presidente. Além das prefeituras! Vários prefeitos tiveram sempre as portas do Tribunal abertas e eu também sempre tive muito boa receptividade por parte dos prefeitos. Fomos muito bem sucedidos nesse relacionamento.